

# COMPRASNET

## Pregão Eletrônico



**Impugnação 24/12/2020 08:20:34**

Pedido de impugnação enviado pela empresa M2RE: 1. Da Tempestividade Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para o dia 29/12/2020, tendo sido, portanto, cumprido o prazo de 03(três) dias úteis anteriores ao edital previsto no item 21 do referido edital. 2. Da Licitação: O certame em comento é da modalidade Pregão Eletrônico e tem por objeto: OBJETO: contratação de serviços de empresa especializada em solução tecnológica por Rádio Frequência (RFID), envolvendo coletores de dados móveis com Etiquetas/Tags para superfície metálicas e não metálicas, impressora térmica para etiquetas, para rastreamento e gerenciamento do acervo patrimonial da Controladoria-Geral da União Sede, na cidade de Brasília- DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Pois bem, o edital necessita de reforma em razão de exigências que somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento, o qual reduzirá amplamente a competitividade, sacrificando os principais princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, e cujas condições restritivas, ora impugnadas, caso não sanadas, resultarão em um ROMBO de dinheiro público. Para o item 5 são exigidas especificações de produto baseado em apenas um único fabricante, SATO CL4NX, e consequentemente limita a participação no certame com a oferta de produto de um único fabricante. 3. Da Necessidade de Retificação do Edital 3.1 – Especificações de produto baseada em um único fabricante Para o item 5 são exigidas especificações de produto baseado em apenas um único fabricante, e consequentemente limita a participação no certame de apenas empresa que atenda as minuciosas especificações técnicas dos produtos. As especificações presentes no item 3.4.5 do Edital somadas remetem a um único produto/fabricante: SATO CL4NX. Na descrição do objeto no Termo de Referência, das Características mínimas, exigem: "Compatível com a tecnologia RFID: UHF RFID (ISO18000-6 Type C), HF/NFC RFID (ISO/IEC 15693 or ISO/IEC14443 Type A) Método de Impressão: Transferência térmica e direta. Método de Gravação: a impressora deve permitir gravação SHORT PITCH com antena na parte superior, permitindo assim gravação de tags RFID metálicas flexíveis compatíveis com este edital, sem a necessidade de GROUND PLANE na tag. Com alimentação lateral para carregamento simplificando das etiquetas e ribbons. Conectividade mínima: USB 2.0, Bluetooth 3.0 e Wi-Fi Display; Compatível com etiquetas com até 104mm de comprimento; Com velocidade de impressão de 254 mm por segundo na resolução de 203 dpi; CPU e Memória; Dual CPU CPU1: 2GB Flash, 256MB RAM, CPU2: 4MB Flash, 64 MB RAM; Sensores de etiquetas transmissivos e refletivos. Capaz de realizar gravação de tecnologia RFID compatível com tags UHF EPC Gen 2, com destacador de etiquetas. Capacidade para imprimir em etiquetas de uso geral e em etiquetas metálicas." (grifos nossos) 3.1.1 - Exigência Restritiva: Método de Gravação É solicitado em edital que a impressora entre outras funcionalidades possua: "Método de Gravação: a impressora deve permitir gravação SHORT PITCH com antena na parte superior, permitindo assim gravação de tags RFID metálicas flexíveis compatíveis com este edital, sem a necessidade de GROUND PLANE na tag." Pois bem, a exigência de que a antena se localize na parte superior e utilize a tecnologia Short Pitch "permitindo assim gravação de tags RFID metálicas flexíveis compatíveis com este edital, sem a necessidade de GROUND PLANE na tag" é algo completamente restritivo. Esse método de gravação é uma tecnologia patenteada pela SATO, porém outros diversos fabricantes possuem equipamentos que fazem gravação de etiquetas metálicas flexíveis, sem Ground Plane, utilizando outras tecnologias, inclusive com antenas na parte inferior. Assim uma simples exigência, conforme a seguir, já garantiria o ensejo dessa instituição, e não eliminaria outros potenciais fabricantes do pleito, ampliando a concorrência no certame. "Método de Gravação: a impressora deve permitir gravação de tags RFID metálicas flexíveis compatíveis com este edital, sem a necessidade de GROUND PLANE na tag." 3.1.2 - Exigência Restritiva: CPU e Memória É solicitado em edital que a impressora entre outras funcionalidades possua: "CPU e Memória; Dual CPU CPU1: 2GB Flash, 256MB RAM, CPU2: 4MB Flash, 64 MB RAM;" Mais uma vez é solicitado em edital uma especificação exclusiva do fabricante SATO conforme disposto no catálogo1: 1 [https://www.satobrasil.com.br/wp-content/uploads/pdf/DataSheet\\_SerieNX.pdf](https://www.satobrasil.com.br/wp-content/uploads/pdf/DataSheet_SerieNX.pdf) Note que a exigência é uma cópia idêntica do catálogo do fabricante SATO, o que impede outros fabricantes de participarem do certame. Nenhum outro fabricante de impressoras de RFID possui especificações conforme as solicitadas. Todavia outros inúmeros fabricantes possuem equipamentos com processadores e memórias que atenderiam perfeitamente a finalidade dessa corte que é: Gravar etiquetas metálicas e não metálicas a velocidades de 254 mm por segundo na resolução de 203dpi utilizando tecnologia térmica direta/transferência térmica; Note-se que mais uma vez exige-se uma tecnologia específica de um único fabricante para atendimento à um fim, quando o correto seria que se exigisse "um fim", não se restringindo a tecnologia. Em uma analogia ao estado de pandemia em que se vive, seria a mesma coisa que se exigir que uma vacina fosse obrigatoriamente construída com vírus inativo (Vacina Viral), ao invés de ser do tipo Vacina de Ácido Nucleico, tendo como única finalidade proteger a população de contaminação. Se já está se exigindo todos os requisitos de gravação, velocidade, tipo de etiqueta, resolução, conexões, por qual motivo se exige um modelo específico de processador e memória, e ainda, de um único fabricante? A exigência de processador e memória para impressoras de RFID, não garante o desempenho do produto, uma vez que cada fabricante trabalha com sistemas operacionais distintos, uns mais leves, outros mais pesados, portanto, uns exigem menos processamento e memória, e outros mais, mas no final o que se deve analisar é o desempenho do produto. Tal exigência é completamente injustificada, uma vez que encontramos diversos fabricantes que atendem a todas as especificações solicitadas no edital, mas que possuem processamento e memória completamente distintos do solicitado. Assim tal exigência deve ser excluída das especificações técnicas do equipamento. 4. Do Direito As questões aqui tratadas, são de tamanha importância que encontram guarida na própria Constituição Federal, que ao tratar da Administração Pública assegura que: "Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:" Apenas para melhor aclarar a essência do dispositivo acima, vale destacar a lição do Professor UADI LAMMÊGO BULOS, vejamos: "O princípio da impessoalidade, consectário natural do princípio da finalidade, impõe que o ato administrativo seja praticado de acordo com os escopos da lei, precisamente para evitar autopromoções dos agentes públicos. Sua palavra de ordem é: "banir favoritismos extraviados de conduta, perseguições governamentais, exercendo a vetusta hipótese do abuso de poder". "A impessoalidade possui um objetivo bastante nítido: coibir o desvio de finalidade de ato comissivo ou omissivo na Administração Pública. Visa, portanto, impedir que o administrador pratique ação ou omissão para beneficiar a si próprio ou a terceiros." 5. Do pedido Apresentados os motivos pelos quais deve ser retificado o Edital, a ora IMPUGNANTE confia nos conhecimentos técnicos e fáticos do Sr. Pregoeiro, de maneira que aguarda pelo total acolhimento da presente impugnação, julgando-a totalmente procedente, para o fim de retificar o Edital, para que não ocorra o comprometimento do certame e qualquer prejuízo à

Administração. Assim, sob pena de nulidade da licitação e do futuro contrato, a Impugnante requer a retificação dos itens aqui combatidos, de forma a adequá-los aos preceitos reunidos na norma em vigência, culminando com a republicação do Edital, e com a concessão de novo prazo para formulação das propostas.

**Fechar**